

**ATA DA 1ª REUNIÃO DA MESA SETORIAL DA AGÊNCIA DE  
FISCALIZAÇÃO DE FORTALEZA – AGEFIS  
ANO 2016**

Data	05/01/2016 Horário: 17h.
Local	Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG
Participantes	<p><b><u>Bancada do Governo:</u></b></p> <p>Titulares:</p> <p>a) Marcelo Jorge Borges Pinheiro – matrícula 1062211. b) Rodrigo Antônio Pordeus do Nascimento – matrícula 6251306. c) Eduardo Sérgio Carlos Castelo – matrícula 1071351.</p> <p>Suplentes:</p> <p>a) Henrique Nogueira da Gama Mota – matrícula 1078481. b) Fábio Gondim Ribeiro – matrícula 10738701.</p>
	<p><b><u>Bancada dos Servidores:</u></b></p> <p>Titulares:</p> <p>a) Ana Lúcia Oliveira Viana – matrícula 0716401. b) Haroldo Jorge de Bittencourt Vieira – matrícula 1159901. c) Marta Cristina Jucá Policarpo – matrícula 8717501</p> <p>Suplentes:</p> <p>a) Amanda Maira de Oliveira – matrícula 8714001. b) Francisco Jair Moreira Caetano – matrícula 9065201.</p>
	<p><b><u>Representantes da SEPOG:</u></b></p> <p>a) Philipe Theophilo Nottingham – Secretário. b) Luiz Ramom Teixeira Carvalho – Coordenador Jurídico. c) Ângela Márcia Fernandes Araújo – Coord. de Gestão Estrat. de Pessoas. d) Samarkandra Maria de Alencar Bandeira – Ger. da Célula de Gest. de Planos C.C. Salários. e) David Gabriel Ferreira Duarte – Coordenador Executivo.</p>

**Pauta da Reunião**

- Apresentação das conclusões do Grupo de Trabalho da GEFAE.
- Discussão de pontos que não puderam ser pactuados pela Mesa.

**Ata da Reunião**

1. Antes de dar início à reunião, a Secretaria Executiva deu os seguintes avisos:
  - a) que os presentes devem assinar a lista de frequência;
  - b) que a Ata impressa da 2ª reunião extraordinária da Mesa está sendo disponibilizada

- para que os presentes ratifiquem sua aprovação por meio de assinaturas;
- c) que a duração da reunião é de no máximo 2hrs;
  - d) que suplentes não têm direito a voto.
2. O membro da Bancada do Governo, Superintendente Marcelo Pinheiro, abriu a reunião, fazendo um breve resumo do andamento da Mesa Setorial até o momento, mencionando algumas datas relevantes e explicando o porquê de a reunião estar acontecendo na SEPOG com a presença do Secretário Philipe Nottingham e demais representantes da Secretaria. Em seguida, solicitou que os presentes se apresentassem.
3. Encerradas as apresentações, foi dada a palavra ao Secretário Philipe Nottingham, que passou a pontuar o que se segue:
- a) Está satisfeito com a instituição da mesa da fiscalização, visto que se trata de uma categoria de extrema importância para a cidade e que há tempos precisava se organizar.
  - b) Entende que os fiscais anseiam por avanços, mas que há um rito a ser adotado e seguido no processo para que se tenham bons resultados, uma vez que não se atingem resultados se não se trabalhar com ciência, ordenação, planejamento e critérios.
  - c) Segue a determinação do prefeito Roberto Cláudio de que se tenha uma linha de trabalho bem definida e que possa ser seguida por todos, de acordo com o que foi estabelecido na Mesa Central como sendo os eixos de negociação, em cima dos quais todas as Mesas vêm trabalhando, quais sejam:
    - Melhores condições de trabalho;
    - Implantação de direitos já reconhecidos;
    - Eliminação de distorções;
    - Ganho por aumento de produtividade.
  - d) Explica que nas Mesas Setoriais, quando a discussão recai sobre pontos que geram impacto geral à Prefeitura, especialmente impacto financeiro, deve ser levada ao COGERFFOR (SEPOG/PGM/SEFIN/SEGOV) e que isso tem funcionado bem até agora. A SEPOG é apenas o interlocutor inicial desse processo, e, seguindo esse rito, os avanços conquistados nesses 2 anos pelas Mesas já são muito significativos.
4. Passada a palavra à Presidência da AFIM, a Sra. Ana Lúcia Viana assim se manifestou:
- a) A ordenação da cidade é importante e o papel da fiscalização é essencial para se alcançar isso. A própria instalação da Mesa da AGEFIS já era uma exigência da AFIM e que foi conquistada, mas que ainda há muita batalha. A criação da AGEFIS representa uma possibilidade real de que categoria consiga conquistar as melhorias que busca.
  - b) O salário dos fiscais de Fortaleza é o menor do Brasil, e combater essas distorções é uma batalha histórica. A preocupação da AFIM é dar garantias à categoria. A baixa remuneração é uma grande angústia da categoria, especialmente porque essa questão só foi aprofundada na gestão atual.
  - c) Há uma grande necessidade de reestruturação na carreira da categoria, mas entende que é um processo e que os resultados não virão imediatamente. Entende também a necessidade de trabalhar sobre certos eixos e critérios.
  - d) Tendo em vista que o concurso para fiscal de 2010 não exigiu formação superior em nenhuma área específica (com exceção dos fiscais da Vigilância Sanitária), os fiscais não se encontram preparados para determinadas áreas de atuação, e o problema imediato identificado é a fiscalização de obras. Logo, a AFIM, preocupada com o

crescimento e fortalecimento profissional da categoria, elaborou um curso com objetivo de especializar os fiscais para trabalhar com “habite-se”, leitura de planta, fiscalização de obra e inspeção predial. O curso será custeado pela AFIM, que agora procura uma instituição que, em parceria, possa emitir o certificado (que pode ser o IMPARH, da Prefeitura). Com esse curso e com o trabalho dos fiscais de forma geral, a gestão pode arrecadar muito com os processos de regularização.

- e) As principais reivindicações da Bancada dos Servidores são o aumento da GEFAE (que é uma discussão mais simples, cujos resultados podem ser implantados por Decreto), e a revisão do PCCS (por ex., atribuições dos fiscais; não apenas remuneração, discussão esta mais complexa). A categoria já tem propostas prontas para ambos os assuntos. Reconhece que a GEFAE tem avançado nos debates com os gestores e que muitos pontos já foram acordados e outros fogem da alçada da AGEFIS. Entende que o caminho da negociação é o melhor para todos e afirma que a categoria tem uma postura otimista de negociar.
5. Em complemento, o membro da Bancada dos Servidores, Sr. Haroldo Vieira, reafirmou a necessidade de a remuneração ser melhorada para se atingir um patamar satisfatório e adequado ao nível da atividade e afirmou acreditar que o ideal era se alcançar uma remuneração unificada da categoria a nível nacional. Sugeriu que a gestão considerasse aplicar um tipo de instrumento (como um abono) com valor de referência equivalente a 3VB's enquanto se avançasse nas negociações. Concordou que a capacitação dos fiscais não foi adequada para a fiscalização de obras e ressaltou, ainda, que a AGEFIS representa um plano para se atingir uma nova mentalidade para a fiscalização.
6. Da mesma forma, o membro da Bancada dos Servidores, Sr. Jair Caetano, complementou afirmando que o PCCS atualmente vigente foi pensado para a realidade dos fiscais mais antigos, o que gera prejuízos e distorções aos fiscais novos. Logo, quando da revisão do PCCS, os principais pontos a serem abordados serão:
- As atribuições inadequadas à realidade da categoria;
  - As prerrogativas dos fiscais (especialmente no momento da fiscalização);
  - A matriz salarial;
7. Em seguida, o Secretário Philippe Nottingham fez suas considerações acerca das palavras da Bancada dos Servidores:
- a) Elogiou a iniciativa da AFIM em ofertar o curso para os fiscais e afirmou que, sendo o curso de interesse da gestão, a Prefeitura tem recurso vinculado para capacitação e pode/deve arcar com tais despesas. Esses termos podem ser acordados em um diálogo posterior entre AFIM e PMF (por meio do IMPARH).
- b) Afirmou entender que a exigência principal da Bancada dos Servidores é melhorar a remuneração, e deve-se fazer isso com justiça e responsabilidade. Questionou também “*Por que os fiscais querem aumento na remuneração?*”. Se for porque eles detêm a menor remuneração do Brasil, então acredita ser este o primeiro estudo a ser realizado, tomando como base a remuneração da mesma categoria em outras capitais brasileiras que possuem características semelhantes a Fortaleza (por ex. Recife, Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre), e que isso seria, então, um processo de correção de distorções.
- c) Ressaltou que a estrutura de diversos PCCS existentes no âmbito da Prefeitura é frágil e complexa, e que atualmente cerca de 270 verbas de vantagem diferentes coexistem no âmbito do município, cada uma com suas regras próprias, de forma desordenada

e confusa, o que dificulta sua administração. Por isso, deseja que o PCCS dos fiscais seja feito de maneira ordenada, decente e sustentável, com responsabilidade e planejamento. Afirmou que a Prefeitura tem se empenhado em corrigir essas desordens e que já houve inúmeros avanços vantajosos e melhorias nos PCCS de diversas categorias da gestão. Enfatizou que não existem categorias mais importantes que outras, mas que reconhece a importância da fiscalização para a ordenação do espaço urbano e que a categoria tem um papel fundamental para o funcionamento da cidade.

8. O Secretário, então, propôs que, para que se avance na negociação, se faça um estudo (por meio de pesquisas) das distorções salariais existentes na categoria dos fiscais nas capitais brasileiras semelhantes a Fortaleza. Após identificar os limites das distorções, buscar-se-á eliminá-las, traçando o objetivo ao qual se quer chegar. Limitou o estudo a remunerações ordinárias, excluindo-se aquelas decorrentes de decisões judiciais, e afirmou que o trabalho de pesquisa deve ser feito por ambas as Bancadas.
9. Afirmou que a situação financeira atual da Prefeitura é crítica, a exemplo de diversas capitais e unidades da federação, o que resultou recentemente na adoção de um amplo pacote de medidas de contenção, e que, em qualquer outra hipótese, essa discussão sequer estaria acontecendo. A gestão tem diálogo aberto com a categoria e acredita que a greve é desnecessária, mas enfatizou que o Prefeito Roberto Cláudio não cede em casos de greve, isso porque a responsabilidade dele é com a cidade; portanto, ele não pode arriscar não ter verba para arcar com todas as obrigações financeiras da Prefeitura resultantes de investimentos, custeio e folha de pessoal. Portanto, sugeriu elaborar um plano de trabalho para conseguir avançar nesse processo até Abril/2016. Sugeriu também que cada lado fizesse sua indicação de nomes para trabalhar nessa pesquisa de valores salariais da categoria, ainda que, eventualmente, outros setores sejam requisitados.
10. Foram indicados os seguintes membros para compor o grupo de pesquisa:
  - a) Da gestão: Samarkandra Alencar; Ângela Márcia Fernandes; Rodrigo Pordeus.
  - b) Dos servidores: Marta Jucá; Haroldo Vieira; Jair Caetano.
11. Foi definida para 08/01/2016, às 14hrs, na SEPOG, uma reunião de planejamento para se traçar a linha de pesquisa a ser seguida.
12. Por fim, concordou-se que, após a conclusão da pesquisa salarial, será agendada nova reunião da Mesa para que se discutam os próximos passos.

#### **Encaminhamentos**

- Em 08/01/2016, às 14hrs, na SEPOG: Reunião de planejamento entre os membros acima indicados para se traçar a linha de pesquisa a ser seguida. Não foi definido prazo para que o grupo entregasse à Mesa os resultados do estudo.
- A depender do resultado da pesquisa, será agendada uma sessão extraordinária da Mesa Setorial de Fiscalização para discussão dos próximos passos.